

**A** concepção histórica da sociedade brasileira de Gilberto Freyre que desponta em seus escritos da década de 1920 e ganha sua formulação definitiva nos trabalhos da década de 1930 – *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Nordeste* – funda-se na articulação de três elementos: o patriarcado, a inter-relação etnias/culturas e o trópico. Os três marcos definidores da formação nacional aparecem correlacionados, de modo que cada um deles encontra sua explicação na convergência com os dois outros.

Na leitura que proponho, ressalto o papel do patriarcalismo como elemento de encontro dos outros dois. Essa tese, ou melhor, a tese sobre a família, será componente fundamental da articulação de seu pensamento e terá efeitos políticos importantes no momento de sua enunciação.

## FAMÍLIA E SOCIEDADE

O que está em questão no debate freyriano são as relações entre

a família e o Estado, mostrando o autor que este resulta de modificações ocorridas no plano do poder familiar. Esta gradualmente se altera resultando, assim, num *continuum*; a esfera familiar se amplia e seu efeito é o Estado.

Trata-se de discussão que tem por objetivo analisar a passagem do poder privado ao público, mostrando que o crescimento deste em detrimento daquele não se processa de forma linear. Antes, tem a conformação de um labirinto. A obra freyriana é a reconstrução desses *vaivéns* sinuosos. O estudo da família patriarcal está presente em vários trabalhos; porém, a tese sobre o patriarcalismo, em especial a passagem do poder privado ao público, aparece de forma mais acabada em *Sobrados e mucambos*.

A família patriarcal ou tutelar<sup>1</sup> está marcada pelo seu caráter conciliador. Através da discussão sobre sua configuração, Freyre discute a formação nacional, mostrando que o equilíbrio da primeira tem como consequência a estabilidade da segunda. Em outros termos, a ordenação da sociedade é função da ordenação da família patriarcal. Mas a reflexão sobre essa distribuição de forças será feita de modo singular: independentemente do tempo cronológico, é estudada em definido espaço – o regional e a casa. É ali que a família patriarcal aparece como ponto de encontro dos outros dois elementos fundamentais à formação da sociedade brasileira: as etnias/culturas e o trópico. Essa convergência é marcada pelo equilíbrio. Mesmo que a organização social se desvie momentaneamente de sua posição inicial, retorna necessariamente a ela depois de algumas oscilações.

Considera a família como unidade social básica e, a partir desta consideração, pretende demonstrar a permanência do sistema social. Detém a marcha do tempo histórico, uma vez suposto que o indivíduo passa mas a família persiste.

Dentro de uma sociedade patriarcal e até feudal, isto é, com espaços ou zonas sociais sociologicamente equivalentes às das sociedades chamadas feudais, como foi o Brasil durante o tempo quase inteiro da escravidão entre nós, não eram cidadãos nem mesmo súditos que aqui se encontravam como elementos básicos ou decisivos da população, porém famílias e classes. E estas famílias e classes, separadas, até certo ponto, pelas raças que entraram na composição da gente brasileira

com suas diferenças de tipo físico, de configuração de cultura e, principalmente, de *status* ou de situação inicial ou decisiva. Tomaram também, com o tempo essas raças, cores regionais diversas conforme as condições físicas da terra, de solo e de configuração de paisagem ou de clima e não apenas as culturais, de meio social<sup>2</sup>.

## FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Freyre discute a formação da classe dominante no Brasil a partir da afirmação de que as mudanças sociais não são repentinas, fazem parte de um processo que se estende ao longo do tempo. Reconstroi no estudo do patriarcado brasileiro o percurso de sua formação, consolidação e decadência, mostrando como se alternam e muitas vezes se superpõem os momentos de fortalecimento e enfraquecimento.

Tal recurso analítico constitui-se em abordagem extremamente rica para o estudo das classes sociais. A uma crise enfrentada pela classe dominante corresponde imediatamente um enfraquecimento de seu poder; porém, no bojo do processo residem as forças às quais recorre para rearticular-se, muitas vezes utilizando tais elementos para a consolidação daquele poder aparentemente perdido. Ao descrever o caminho, Gilberto Freyre toca em pontos fundamentais, acentuando um aspecto do processo que resulta na *ordem social*. É a partir dessa visão que aponta para a formação do patriarcado<sup>3</sup> e para as crises que o levam à decadência<sup>4</sup>.

Mostra a formação da família patriarcal no Brasil como uma decisão consciente do português. Tendo aqui aportado depois de já um século de contato com o trópico, precisamente no início da decadência de seu poderio e já tendo testado sua adaptabilidade, opta por uma colonização sobre bases mais sólidas. “A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor”<sup>5</sup>.

O português cosmopolita e plástico, bicontinental – povo situado entre Europa e África – dividido entre uma formação de feição

rural e um poderio mercantil, mas marcado fundamentalmente pelo pragmatismo que conforma seu caráter, é o colonizador *ideal* para os desígnios da Coroa Portuguesa<sup>6</sup>. Adaptou-se, assim, às duas formas fundamentais que assumiu a fundação da nacionalidade: a *horizontal* e a *vertical*. As duas formas convivem no tempo e assumem funções diferentes no processo de consolidação da nacionalidade. A primeira, passageira, necessária à expansão territorial, desempenhada por homens nômades, homens de fronteira: os bandeirantes e o sertanistas. A segunda, a definitiva, através da qual se consolida a posse da terra, executada por colonos sedentários e marcada pelo aristocratismo: os plantadores de cana-de-açúcar, os senhores de engenho<sup>7</sup>. Estes se tornam poderosos na medida em que tiveram nos três primeiros séculos apoio da Coroa.

Com os privilégios concedidos pelo rei, acabaram verdadeiros senhores feudais e deste modo incumbidos de defender as causas e interesses de Portugal contra, de um lado, os índios e, de outro, as potências européias rivais dos portugueses. Toda vez que um plantador agia *pro domo sua* ele estava agindo também em favor do poderio português na América. É o que explica que as casas-grandes se tornassem, mais mesmo do que os edifícios públicos, símbolos da estabilidade portuguesa na costa do Brasil. Tornaram-se também a expressão física de um novo tipo de poder feudal ou patriarcal, chegando, pela sua situação de isolamento e a sua auto-suficiência, a ostentar um forte espírito de independência e até de rebelião contra a Coroa. (...) Os privilégios concedidos pela Coroa aos senhores de engenho explicam porque as casas-grandes acabaram não só mais importantes mesmo do que a maioria dos edifícios públicos, mais importantes mesmo do que as catedrais, do que as igrejas particulares e do que os mosteiros puramente religiosos<sup>8</sup>.

Além desse apoio, beneficiaram-se os portugueses de sua “singular predisposição para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos”, explicada em grande parte pelo “seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África”<sup>9</sup>. A aclimatibilidade do português permitiu que o Brasil fosse “a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência”<sup>10</sup>. A predisposição à misci-

geração levou-o a suprir o problema representado pela falta de gente branca ao processo colonizador.

(...) por todas aquelas felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura (...) não só conseguiu vencer as condições de clima e de solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora unindo-se com mulher de cor<sup>11</sup>.

Assim, o português no Brasil tornou-se o primeiro colonizador moderno a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza para a criação local de riqueza, caracterizada pela base agrícola e pela permanência do colono na terra. Tais inovações levaram-no a que encaminhasse uma organização também inovadora: a exploração far-se-ia sempre através do capital e do esforço particular; a gente nativa incorporada ao processo não apenas como fator de trabalho, mas também no processo de formação da família. Isso explicaria por que

a sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros. (...) A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio é, desde o século XVI, o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América<sup>12</sup>.

Neste ponto a reflexão de Gilberto Freyre mostra a presença de duas forças antagônicas. De um lado, enfatiza a ausência do Estado e a onipresença da família patriarcal; de outro, mostra que a decisão sobre a forma que se instala é anterior ao desenvolvimento do processo de colonização. Isto é, aponta para a existência do controle externo da sociedade colonial brasileira, que a leva a organizar-se de modo a possibilitar que Portugal readquirira parte de seu brilho social e poder político em decadência.

Ao decidir povoar os ermos da América, seguiu efetivamente el-Rei (D. João III) o critério agrário e escravocrata de colonização, já esboçado nas ilhas do Atlântico. Tudo deixou-se, porém, à iniciativa particular. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colônia. Mas também os privilégios de mando e de jurisdição sobre terras enormes. Da extensão delas fez-se um chamariz, despertando-se nos homens de pouco capital, mas de coragem, o instinto da posse; e acrescentando-se ao domínio sobre terras tão vastas, direitos de senhores feudais sobre a gente que fosse aí mourejar. A atitude da Coroa vê-se claramente qual foi: povoar sem ônus os ermos da América<sup>13</sup>.

Do sucesso alcançado pelos senhores de engenho dependeu o fortalecimento da política colonial portuguesa, que compreendeu a riqueza possível advinda do açúcar. Ao mesmo tempo, para a continuidade da fonte de riqueza, foi fundamental “prestigiar-se a cultura do açúcar na pessoa quase feudal do senhor de engenho”<sup>14</sup>. Das concessões que fez a Coroa portuguesa aos senhores de engenho tem-se dois resultados: “de vantajoso, o desenvolvimento da iniciativa particular estimulada nos seus instintos de posse e mando; de maléfico, a monocultura desbragada”<sup>15</sup>. Resumindo, para Gilberto Freyre, a família patriarcal brasileira formou-se de modo original, produto da colonização portuguesa no trópico e não como forma transplantada de Portugal. Ela será, segundo o autor, o núcleo gerador de todas as relações sociais, que, no Brasil, assumem caráter amistoso afastando o risco dos conflitos resolverem-se por rupturas trazendo transformações estruturais à sociedade. A tese dos antagonismos em equilíbrio, ponto central da interpretação desenvolvida em *Casa-grande & senzala*, e posteriormente em outros textos, já aparece desde o início de sua formulação, quando coloca a família patriarcal como objeto privilegiado de sua análise.

Gilberto Freyre enumera os fatores de consolidação do patriarcalismo nos diferentes momentos de sua história. Primeiramente, os favores da Coroa.

A lavoura no Brasil gozara nos primeiros tempos – principalmente nesse extraordinário século XVI, que marcou o esplendor da atividade criadora de Portugal, ou antes, do colono português na América – de favores excepcionais. Favores com que a Coroa prestigiou a inicia-

tiva particular dos colonos de posse, concedendo-lhes grandes privilégios políticos e, à sombra desses, privilégios econômicos. Os desbravadores de mato virgem, os desvirginadores de sertões, os fundadores de grandes lavouras viram-se, por mais de um século – por dois séculos inteiros, pode-se dizer – rodeados de mercês dando-lhes o domínio político dos Senados das Câmaras. E com esse domínio, os contratos, a arrecadação de impostos, as obras públicas. Viram-se ao mesmo tempo resguardados dos credores menos pacientes, que se pusessem com afoitezas para os lados das casas-grandes<sup>16</sup>.

A predominância dos interesses agrários sobre todos os outros favoreceu a situação que mudaria com a descoberta das minas. De outro lado, a unidade das famílias patriarcais favoreceu seu domínio, a ajuda mútua sendo fundamental por tratar-se sempre de empreendimentos privados. Mesmo morando em regiões distantes, os senhores de engenho reuniam-se em Olinda “para suas festas de igreja e de casamentos, suas cavalhadas, seus jogos, suas danças, suas representações de comédias, seus recitativos”<sup>17</sup>. Unidade garantida por casamentos endogâmicos,

casamentos entre primos ou de tios com sobrinhas: a endogamia patriarcal. Casamentos que foram fazendo das várias famílias iniciadoras do povoamento quase uma só; e tornando tão claros os limites para as relações matrimoniais que os aventureiros do Reino e os mulattos da terra, ansiosos de se limparem pelo casamento, com dificuldade e só por exceção, conseguiam unir-se a moças afidalgadas<sup>18</sup>.

Unidade reiterada pela ação unificadora da língua feita através dos colégios de padre ou do padre-mestre-capelão.

Por menor que seja nossa simpatia pelo purismo de língua, com sacrifício de sua espontaneidade, não deixamos de imaginar com certo horror os excessos que teriam corrompido o português das casas-grandes e dos sobrados patriarcais em diferenciações e particularismos quase de família, o pessoal de uma casa quase sem entender o da outra, se a favor da pureza da língua, e por conseguinte, de sua unidade, e da unidade de toda a cultura brasileira, não tivesse agido desde o século XVI o ensino dos colégios de padre. Foi principalmente por esse ensino que se conservou vivo e ativo aquele nervo de integração<sup>19</sup>.

Além disso, a confraternização dos *filius familiae* que privavam da mesma educação superior fora de sua região familiar – na Europa, no Rio de Janeiro ou São Paulo –, possibilitou o reforço dos laços entre as diferentes famílias patriarcais.

O próprio complexo patriarcal era propício à preponderância dos interesses particulares de cada grupo ou região sobre os gerais da sociedade. Tal intercâmbio ajudou na correção dos excessos a que o processo teria levado se impedisse a ordem e a universalidade que, segundo Freyre, os novos tempos pediriam e que seriam a garantia da continuidade do poder patriarcal, embora transformado.

Nunca será exagerado acentuar o valor que tiveram para a sociedade brasileira nos seus períodos mais difíceis de integração (...) os seminários e os colégios de padres. Foi das mais poderosas, no sentido daquela integração, sua influência sobre os filhos dos ricos e sobre os meninos caboclos<sup>20</sup>.

Mas o principal elemento que garantiu a permanência do sistema patriarcal foi sua plasticidade, seu ecletismo, permitindo a conciliação de interesses aparentemente conflitantes: conservadores e liberais. Gilberto salienta 'a ação criadora de homens de engenho e de fazenda em nossa vida política e administrativa e até na literária. Ação não só no sentido chamado conservador (...) como no sentido liberal e revolucionário'<sup>21</sup>. Isto foi possível porque muitas vezes a ação política aparece com os sinais trocados.

Não se pode generalizar a respeito do Brasil (...) afirmando que a aristocracia rural, entre nós consolidada principalmente, até o meado do século XIX, nas casas-grandes de engenho, e só subsidiariamente nas de fazenda de café ou nas de estância, encarnou sempre os interesses conservadores e de ordem, enquanto as cidades, os sobrados burgueses, as próprias ruas, teriam sido sempre os focos de revoluções democráticas e de movimentos liberais. (...) É verdade que durante certa fase do império, o Engenho do Açúcar e principalmente a Fazenda de Café viviam a ligar-se de maneira efetiva com certos interesses conservadores e de ordem, às vezes contra a demagogia das cidades, isto é, das ruas, das praças e dos mucambos. Mas mesmo durante essa fase de maior união com o Império, a casa-grande de engenho defrontou-se às vezes com o Imperador, com o chefe de polícia da capital, com o bispo da diocese<sup>22</sup>.

A plasticidade que marca a família patriarcal teria levado a que reestruturasse sua própria inserção econômica, passando num primeiro momento de produtora a intermediária de produtos. Nas cidades onde a alimentação era escassa, o comprador

tinha que enfrentar não um atravessador apenas, mas toda uma série de intermediários. E esses intermediários não eram judeus nem ciganos – cabeças-de-turco para todo comércio desonesto; nem gente bengala fumenga. Eram cristãos-velhos dos mais puros, gente das casas nobres e até militares em quem se encarnavam algumas das virtudes mais cavalheirescas da classe dominante<sup>23</sup>.

E, numa segunda etapa, com o declínio da lavoura, passará ao comércio. Assim, “o sistema comercial brasileiro tornou-se uma como expressão urbana do sistema agrário, isto é, foi também, a seu modo, patriarcal e até endogâmico”<sup>24</sup>.

Segundo o autor, o ecletismo, que é sua virtude, permitiu ao patriarcalismo a harmonização dos contrastes: uma economia marcada pelo progressismo – a industrialização – e um sistema de trabalho arcaico – a escravidão. “Realmente sucedeu, no Brasil, verificar-se a transigência da parte intelectualmente mais avançada da nobreza rural com as indústrias, com as artes, com o próprio comércio – com inglesas e até com francesas essencialmente burguesas – sem que se verificasse o abandono do sistema de trabalho escravo”<sup>25</sup>.

## O PROCESSO DE DECADÊNCIA

Freyre aponta três momentos de crise na história do patriarcalismo brasileiro: a invasão holandesa no século XVII; a vinda de D. João VI, em 1808; a abolição da escravatura e a proclamação da República, no final do século XIX.

O tempo dos holandeses no Brasil constitui-se no primeiro marco do fortalecimento do urbano, momento de diferenciação que será superado com a expulsão dos invasores, mas que deixará marcas profundas na estrutura social. É que nesse processo surge “o primeiro esboço de povo e de burguesia miúda que houve entre nós”, e que experimenta

o sabor, o gosto físico, a experiência de alguma coisa de diferente, a contrastar com a monotonia tristonha de vida, de trabalho, à sombra das casas-grandes; o gosto da vida de cidade – não daquelas cidades antigas, do século XVI e dos princípios do século XVII, dependências dos engenhos, burgos de família onde os senhores vinham passar as festas, reunindo-se para as cavalhadas e os banquetes – mas o gosto de cidades com vida própria; independentes dos grandes proprietários de terras. Provavelmente, deixara ainda o ‘tempo dos flamengo’, como elemento de revolta e de diferenciação, entre o futuro povo – que era então apenas um aglomerado de mestiços independentes junto com mecânicos e mascates de origem européia – o gosto pelo bem-estar material, experimentado durante as administrações holandesas – neste sentido mais eficientes que a maioria das portuguesas. O flamengo, vindo de uma civilização mais urbana do que rural, trouxera para uma colônia de matutos – excetuada a quase metropolitana Bahia – novidades de um efeito quase de mágica: conhecimentos e recursos da nova técnica européia, isto é, a burguesa-industrial<sup>26</sup>.

Esses acontecimentos teriam provocado um nítido enfraquecimento do patriarcado. O *povo* “insignificante como realidade, mas considerável pelo potencial”, retorna, passados os 30 anos de domínio holandês “à rotina agrícola e à uniformidade católica, aos vagares da integração social, no sentido português católico”, mas conserva “daquela aventura de diferenciação uma lembrança quase de sonho”<sup>27</sup>. O que restou da mudança foi um traço profundo no caráter do povo brasileiro, o germe de questionamento do modo pelo qual viviam a vida.

A vinda da família real ao Brasil em 1808 marcou o fim de um ciclo atravessado por sucessivas crises e o início de uma nova organização do poder: a centralidade. O patriarcado rural deixara de ter no desenrolar do terceiro século o apoio integral da Coroa, pois, pela descoberta das minas, perdera o lugar de sustentáculo colonial do poderio português. Nesse período, o antagonismo dos interesses se explicitara em vários acontecimentos, dos quais o mais ilustrativo é a Guerra dos Mascates.

Em Pernambuco definira-se o antagonismo entre o praticado rústico das casas-grandes da zona chamada da ‘mata’ e a burguesia dos sobrados do Recife – esta prestigiada pelo Rei, já desunido dos senhores de

engenho, seus aliados de outrora, e aquela pelo alto clero – na guerra civil chamada dos Mascates. Guerra que terminaria com a vitória, embora uma vitória aos pedaços, incompleta, pela metade, dos interesses burgueses sobre os privilégios da nobreza rural, tão forte e resistentes na capitania dos Albuquerque<sup>28</sup>.

Este conflito, segundo Freyre, aponta para a oposição clara entre os interesses de duas camadas distintas do setor dominante: os senhores rurais e o setor ligado à comercialização.

O conflito entre Olinda, cidade eclesiástica e de senhores de engenho, e o Recife, cidade até então de gente burguesa e mecânica que, no século XVII, reunira a população mais heterogênea da colônia, não terá sido apenas a reação nativista de que falam as histórias oficiais: brasileiros natos contra portugueses e reinóis. Terá sido principalmente um choque, que os antagonismos políticos e, confusamente, os de raça, ainda mais dramatizaram, entre os interesses rurais e os burgueses. 1710, tudo nos leva a crer que tenha sido um movimento distintamente aristocrático e um tanto antimonárquico – contra o Rei de Portugal – rural e anti-urbano, o interesse nacional ostensivamente identificado com os da nobreza agrária: as grandes famílias proprietárias de terras e de negros e a quem convinha o mínimo de intervenção da parte del-Rei e das Câmaras dominadas por portugueses ou influenciadas por mecânicos, nos negócios da colônia. Pela vontade dessas famílias de patriarcas rurais, a legislação municipal seria sempre obra sua ou a seu favor, como as provisões régias que haviam proibido execuções contra senhores de engenho. Franca proteção dos interesses dos devedores rurais contra os credores urbanos. Ou dos interesses feudalmente agrários contra os capitalistas<sup>29</sup>.

Para o autor, a Guerra dos Mascates é simbólica da ascensão ao poder de *parvenus* que terão sua situação consolidada pela vinda da corte portuguesa ao Brasil, esta organizada em torno de um príncipe aburguesado: D. João VI.

Nos documentos brasileiros do século XVIII, já se recolhem evidências de uma nova classe, ansiosa de domínio: burgueses e negociantes ricos querendo quebrar o exclusivismo das famílias privilegiadas de donos simplesmente de terras, no domínio sobre as Câmaras ou os Senados.

Aventureiros enriquecidos nas minas, alguns deles reinóis, dos chamados pés-de-chumbo, bem-sucedidos nos negócios, “marinheiros” que começaram vendendo alho e cebola, ou mascateando pelo interior e pelas ruas, para terminarem *mercadores de sobrados* – são os novos elementos brancos, ou quase brancos, ansiosos de domínio<sup>30</sup>.

Assim, já no quarto século,

com a chegada de Dom João VI ao Rio de Janeiro, o patriciado rural que se consolidara nas casas-grandes de engenho e de fazenda (...) começou a perder a majestade dos tempos coloniais. (...) A presença no Rio de Janeiro de um príncipe com poderes de rei; príncipe aburguesado, porcalhão, os gestos moles, os dedos quase sempre melados de molho de galinha, mas trazendo consigo a coroa; trazendo a rainha, a corte, fidalgos para lhe beijarem a mão gordurosa mas prudente, soldados para desfilarem em dia de festa diante do seu palácio, ministros estrangeiros, físicos, maestros para lhe tocarem música de igreja, palmeiras-imperiais a cuja sombra cresceriam as primeiras escolas superiores, a primeira Biblioteca, o primeiro Banco. (...) Uma série de influências sociais – principalmente econômicas – algumas anteriores à chegada do príncipe mas que só depois dela se definiram ou tomaram cor, começaram a alterar a estrutura da colônia no sentido do maior prestígio do poder real. Mas não só do poder real (...); também das cidades e das indústrias ou atividades urbanas. (...) A intervenção mais direta da Coroa nos negócios do Brasil (...) há tempo que vinha preparando o ambiente para a maior centralização do governo e avigoramento do poder real<sup>31</sup>.

A abolição da escravidão e a proclamação da República, para Gilberto, representam o fechamento de um ciclo, quando se acelerou a decadência do patriarcalismo brasileiro, marcado profundamente pela política de urbanização, centralismo e ordem do Segundo Reinado. O imperador fundava sua força política em homens jovens e de cultura literária e jurídica em detrimento do antigo poder dos senhores. “Política contrária aos excessos de turbulência individual e de predomínio de família. (...) Contrária, por conseguinte, aos interesses mais caros das oligarquias agrárias que formavam ainda as grandes montanhas da nossa paisagem social ao iniciar-se o reinado de certo modo antipatriarcal de Pedro II”<sup>32</sup>.

Uma série de transformações de caráter econômico, principalmente a revolução técnica em marcha na terceira década do século XIX, teriam levado a uma transição de caráter irreversível na sociedade brasileira. Essa transição encontra seu ponto mais alto no momento da cessação do tráfico legal de escravos.

É do maior interesse para a compreensão do período de transição que foi, nas principais áreas de nosso País, a primeira metade do século XIX, destacar-se que várias das modificações que sofreram então paisagens e instituições ligam-se direta ou indiretamente à cessação do tráfico legal de escravos. (...) Os capitais foram tomando, assim, outros rumos. (...) É certo que a adaptação de capitais, concentrados em escravos, máquinas, fábricas, animais de tração e de leite e prédios urbanos, não se fez docemente, mas através de crises profundas que (...) afetaram a sociedade em costumes ou estilos de vida; e não apenas a economia brasileira<sup>33</sup>.

Aponta o autor para o fato de o processo de quebra do poderio patriarcal desenvolver-se aos poucos: há Palmares, a rebelião de 1798 na Bahia, os vários movimentos liberais com sua bandeira republicanista, a crescente despersonalização das relações senhores e escravos, a transformação dos engenhos em grandes fábricas de açúcar.

A compressão do patriarcado rural por um conjunto poderoso de circunstâncias desfavoráveis à conservação do seu caráter latifundiário e, sociologicamente, feudal, fez que ele, contido ou comprimido no espaço físico como no social, se despedaçasse aos poucos; que o sistema casa-grande/senzala se partisse quase pelo meio, os elementos soltos espalhando-se um pouco por toda parte e completando-se mal nos seus antagonismos de cultura européia e de cultura africana ou cultura indígena. Antagonismos outrora mantidos em equilíbrio à sombra dos engenhos ou das fazendas e estâncias latifundiárias<sup>34</sup>.

O golpe final, que define a decadência do patriarcalismo, foi a abolição da escravatura e sua conseqüência, a proclamação da República.

O 15 de novembro no Brasil não foi senão o periquito sociológico em relação com o papagaio: o 13 de maio. As alterações de natureza sociológica que trouxe foram mínimas, em comparação com as já causadas pelo 13 de maio: este é que verdadeiramente comeu o milho da tradição social ou da organização econômica brasileira, provocando distúrbios sociais e sobretudo econômicos atribuídos por observadores levianos à neste particular quase inocente República<sup>35</sup>.

O enfraquecimento do patriarcalismo, para Gilberto Freyre, deu-se lentamente. Nesse processo, perdeu espaço o *poder privado* familista e alargou-se e consolidou-se o *poder público*. A família transformou-se e surgiu o Estado. *A alteração da casa é testemunha e símbolo desse processo*. Por isso o autor ressalta a importância da reconstrução da história do complexo residencial patriarcal, pois no Brasil o poder que

se exprimiu em tipos de residência harmonizados com a terra e com o meio como a casa-grande, o sobrado ou o próprio mucambo, não foi apenas um sistema de economia ou de família ou de cultura: foi também o homem brasileiro, isto é, o homem de várias origens que aqui precisou de vencer a hostilidade do trópico àquelas formas já altas de civilização cristã e de civilização muçulmana trazidas para a colônia americana de Portugal, não só por europeus como, em muito menor escala, por africanos<sup>36</sup>.

A transformação é marcada pela ambigüidade, pois o novo opõe-se ao velho, mas absorve alguns de seus valores, perdendo, porém, algumas de suas virtudes: "uma sociedade que se coletiviza, por um lado, e por outro se individualiza, em oposição ao privatismo da economia ou da organização patriarcal, a um tempo personalista e solidarista, dada a absorção do indivíduo pela família e a subordinação do Estado à pessoa nobre"<sup>37</sup>.

A transição se faz lentamente, sem rupturas, primeiramente passando o poder do patriarca rural ao patriarca urbano, da lavoura para o comércio;

embora nem sempre seja fácil estabelecer a distinção entre tais senhores. Pois os antigos senhores de casas-grandes de fazendas ou enge-

nhos quase sempre tinham sobrados nas cidades mais próximas onde passavam com as famílias os meses de chuva. E os senhores de sobrados, enriquecidos no comércio ou na mineração, quase sempre adquiriam, logo que sua fortuna o permitia (...) fazendas, sítios ou engenhos. (...) Confundia-se assim, nas exterioridades, o patriarca da cidade com o do campo. (...) A transferência de poder de um a outro se fez, muitas vezes, pelo casamento e, por conseguinte, tão suavemente que, à distância de um século ou dois, quase não se distinguem diferenças de forma, de estilo de vida ou de função patriarcal entre tais patriarcas, diversos apenas na substância<sup>38</sup>.

Nesse processo foi a Igreja, antes mesmo que o Estado, que assumiu parte das funções até então exercidas pelos senhores rurais, principalmente encarregando-se da assistência social e da saúde. O padre Ibiapina com suas obras sociais

parece ter compreendido como ninguém a necessidade da Igreja, em nosso país, substituir moralmente por formas maternas de organização social e de formação de personalidade, o patriarcado das casas-grandes, por tanto tempo centro absorvente da sociedade brasileira. Substituí-lo moralmente levantando casas de caridade que fossem a continuação das casas-grandes. (...) Tudo isso doce e pacificamente. Sem os conflitos em que se deixaram envolver bispos ilustres porém ásperos como Dom Vital e Dom Antônio de Macedo Costa, para quem, na paisagem social brasileira, eram as catedrais que deviam aumentar de proporções de modo a sobrepujarem em majestade tanto as casas-grandes como os sobrados<sup>39</sup>.

Ao tentar compreender o fenômeno da transformação/decadência do patriarcado, Gilberto Freyre quer mostrar o fenômeno como multifacetário, atingindo várias facetas: a econômica, a social, a política e a cultural.

Simple fenômeno econômico, dirá um materialista histórico, intransigente ou sectário, em suas maneiras de considerar tais transferências de poder. Quando a verdade é que esta se verificou sob influências complexas e várias e não apenas sob a ação, na verdade considerável, do puro ou simples motivo econômico<sup>40</sup>.

Mas, mesmo sem que seja essa sua intenção, Gilberto Freyre, principalmente em *Sobrados e mucambos*, cujo objeto é a análise da transição, descreve o *processo de avanço do capitalismo*, a consequente liberalização e o predomínio do público sobre o privado que o acompanha. Mais ainda, descreve a desigualdade do processo, mostrando como se realiza diferentemente nas diversas regiões do país<sup>41</sup>.

Ao comentar a conferência de Joaquim Nabuco, proferida em 1884, aponta para a transferência dos resultados obtidos na produção agrícola para o setor bancário já no início do século XIX. Sob a direção de Dom João VI, acentua-se “a gravitação de riqueza e de energia para as capitais, particularmente para a Corte. Para as capitais e para os capitalistas, pode-se dizer, sem receio de prejudicar a verdade com o trocadilho fácil”<sup>42</sup>.

O financiamento fácil à lavoura, por parte da Coroa, “interessada nos lucros dos grandes proprietários e necessitando deles e de seus cabras e índios de arco e flecha, para a segurança da colônia contra as tentativas de invasão de estrangeiros”, acaba com o desenvolvimento das minas, atraindo agiotas que se dedicaram ao mesmo tempo à importação de escravos para as plantações e à exploração do ouro.

Segundo Gilberto, nos séculos XVIII e XIX, cresce a força do intermediário, processo já iniciado no XVII. “Sua figura acabou enobrecida na do correspondente, na do comissário do açúcar ou de café, na do banqueiro”<sup>43</sup>. Dependente de financiamentos, o senhor de engenho tornou-se permanentemente endividado, o que o levou, a ele próprio ou a seus filhos e parentes, a funcionarem como intermediários, principalmente na comercialização de víveres para o abastecimento das cidades. Contra essa estratégia adotaram-se algumas medidas nas Câmaras “que defenderam os povos das capitais, particularmente a gente mais pobre das cidades, contra a exploração de intermediários, de atravessadores e exploradores do comércio de carne e de farinha. Intermediários, muitas vezes, a serviço de grandes senhores de terras e escravos”<sup>44</sup>.

Primeiro, a descoberta das minas e, depois, o desenvolvimento da agricultura cafeeira, precipitaram a decadência do setor açucareiro. A isso se somou o aumento da utilização das máquinas, que colocou em cena um novo personagem social, o trabalhador

livre, principalmente o técnico estrangeiro, posteriormente o maquinista mestiço.

A máquina vinha diminuir a importância tanto do escravo como do senhor. Tanto do proprietário branco como do servo preto. Vinha valorizar principalmente o mestiço, o mulato, o meio-sangue; e também o branco pobre, sem outra riqueza ou nobreza que a da sua técnica necessária ou essencial aos proprietários de terras ou de fábricas e à comunidade. A máquina vinha concorrer para fazer de uma meia-raça uma classe média<sup>45</sup>.

A revolução técnica permitia cada vez mais a importação – barcos a vapor, trilhos, locomotivas, vagões, canos, aparelhos sanitários. Tornou-se arcaico o antigo estilo de vida. O esgoto, a água encanada, a eletricidade, substituíram o chafariz, o negro carregador de água ou tochas. “Toda uma revolução técnica que assumiria aspectos de renovação não só da economia como da organização social e da cultura brasileira”<sup>46</sup>. Máquinas e colonos são inseparáveis. A escravidão estava condenada a desaparecer.

A “pá de cal”, no enterro do sistema escravocrata, foi a mudança nas relações entre senhores/escravos. Estas se transformaram de relações *pessoais* a *impessoais*, graças à extensão dos empreendimentos agro-industriais, a substituição do engenho pela usina. Tal alteração levou à insatisfação os trabalhadores e à insubordinação.

À despersonalização das relações entre senhores e escravos é que principalmente se deve atribuir a insatisfação da maioria de africanos e descendentes de africanos, no Brasil, com o seu estado de escravos ou de servos. E essa despersonalização, tendo se verificado desde que aqui se expandiram os primeiros engenhos em grandes fábricas, com centenas e não apenas dezenas de operários-escravos a seu serviço, acentuou-se com a exploração das minas e, já no século XIX, com as freqüentes vendas de escravos, da Bahia e do Nordeste para o Sul, ou para o extremo Norte; para cafezais e plantações de caucho, exploradas às vezes por senhores ausentes ou por homens ávidos de fortuna rápida; e nem sempre por senhores do antigo feitiço patriarcal. Já habituados, como pessoas e até crias de casa-grande, ao sistema de convivência patriarcal dos engenhos de açúcar, os negros assim vendidos a estranhos que não sabiam tratá-los senão como animais ou máquinas,

foram se sentindo diminuídos à condição de bichos ou de coisas imundas, pelas vendas humilhantes; e no meio do novo é natural que, como outros adventícios (...) se comportassem como indivíduos desenraizados do meio nativo; e como todos os desenraizados, mais fáceis de resvalar no crime, no roubo, na revolta, na insubordinação, do que os indivíduos conservados no próprio ambiente onde nasceram e se criaram<sup>47</sup>.

Assim, para o autor, a decadência do patriarcado trouxe consigo um aumento das tensões sociais e, mais, o crescimento dos conflitos. Por isso, Gilberto Freyre descreve transformações de caráter social e cultural que acompanharam a decadência do patriarcalismo. O senhor de engenho desenvolvia uma agricultura predatória, enfraquecendo suas terras, de um lado por não dispor de fundos senão para empregar na escravaria, mas de outro, por adotar técnicas como a coivara, o fogo, o machado, herdadas dos indígenas.

Nada de adubo nem de gasto ou cuidado com a terra: esta, tornando-se maninha, era abandonada quase sem saudade, principalmente nas regiões de casas-grandes menos estáveis. (...) Em toda parte, o processo de agricultura destruidora da natureza dominou com maior ou menor intensidade no Brasil patriarcal<sup>48</sup>.

Este teria sido um dos vícios da monocultura praticada em terra abundante, ambiente propício para o isolamento do senhor de engenho que se afastava das idéias novas, das novas técnicas e das mudanças sociais<sup>49</sup>. Levou a que a família se fechasse tanto dentro de si que se quebrou até mesmo a relação entre o homem e a natureza. Por esse motivo, as idéias liberais, tentando restabelecê-la de outro modo, acabaram por exercer um grande fascínio sobre os filhos dos senhores.

A monocultura, devastando a paisagem física, em torno das casas, o ensino do colégio de padre jesuíta, devastando a paisagem intelectual em torno dos homens, (...) quebrara no brasileiro, principalmente no da classe educada, não só as relações líricas entre o homem e a natureza (...) como a curiosidade de saber, a ânsia e o gosto de conhecer, a alegria das aventuras de inteligência, de sensibilidade e de exploração científica da natureza<sup>50</sup>.

Segundo Gilberto Freyre, esse gosto pelo conhecimento, resultado da ação de mestres franceses e ingleses, através dos quais os jovens teriam tido contato com os Enciclopedistas, levou-os a uma posição intelectual ambígua. De um lado, ampliando seus conhecimentos; de outro, sugerindo o transplante de idéias inadequadas à realidade do país.

Por essa via o patriarcalismo urbanizou-se, alargando suas fronteiras, suavizando seus contornos. Assim, dentro da família patriarcal coexistiram dois perfis: o *tradicional* – ligado ao engenho – e o *moderno* – ligado à cidade. Suavizou-se o autoritarismo do patriarca, tomando novas formas. O autor aponta o período da urbanização como um

período de equilíbrio entre as duas tendências – a coletivista e a individualista – nele se acentuando alguns dos traços mais simpáticos da fisionomia moral do brasileiro. O talento político de contemporização. O jurídico, de harmonização. A capacidade de imitar o estrangeiro e de assimilar-lhe os traços de cultura mais finos e não apenas os superficiais. De modo geral, o brasileiro típico perdeu asperezas paulistas e pernambucanas para abaianar-se em político, em homem de cidade e até em cortesão<sup>51</sup>.

A perda de asperezas aparece numa nova delicadeza de maneiras: “a mulher de sobrado foi, no Brasil, criatura mais frágil que a de casa-grande. Acentuou-se nos sobrados a delicadeza feminina do seu corpo como acentuou-se a delicadeza do corpo do fidalgo, homem ou mulher, com o maior conforto urbano para a gente rica ou pobre”<sup>52</sup>.

Os casamentos não-endogâmicos alargaram o círculo familiar e lhe trouxeram novos valores<sup>53</sup>, casamentos que se tornam possíveis também pelo decreto da maioria de 1831, pela ascensão do “mulato que vinha aos poucos desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ou o título de capital de milícias servindo-lhe de carta de branquidade”<sup>54</sup>.

A ampliação das relações sociais permitiu o contato com o estrangeiro, acentuado pela vinda da família real no início do século XIX. Mas os valores importados não eram os mesmos do período de formação. Tratava-se já de um Portugal que sofrera as transformações ocorridas na Europa.

A colônia portuguesa da América adquirira qualidades e condições de vida tão exóticas – do ponto de vista europeu – que o século XIX, renovando o contato do Brasil com a Europa – que agora já era outra: industrial, comercial, mecânica, a burguesia triunfante – teve para o nosso País o caráter de uma reeuropeização. Em certo sentido, o de uma reconquista<sup>55</sup>.

O choque das duas culturas – a brasileira, plena de valores orientais e a recentemente transplantada, marcadamente Ocidental – feriu de morte o sistema patriarcal, sendo que a luta se dá no seio da própria família. Os filhos dos engenhos, educados na Europa, na Corte, em São Paulo, tornam-se “desertores de uma aristocracia cujo gênero de vida, cujo estilo de política, cuja moral, cujo sentido de justiça já não se conciliavam com seus gostos e estilos de bacharéis, médicos e doutores europeizados”<sup>56</sup>.

Isso afetou a própria base do sistema, fundado na posse/propriedade da terra, pois

os inferiores em inteligência, ou os sem saúde para emigrar ou seguir a vida militar, é que foram, em numerosos casos, sucedendo os avós na administração dos domínios rurais; e estes reduzindo-se em importância e extensão; dividindo-se entre herdeiros inconstantes, indiferentes à agricultura e fixados nas cidades<sup>57</sup>.

Grandemente responsáveis pela decadência do patriarcado foram os fatores *políticos*. O problema “dos abusos da grande propriedade” levaram a que o governo do Segundo Império interviesse “a favor dos homens de trabalho e da redução do poder feudal dos grandes proprietários não só de escravos como de terras igualmente cativas”<sup>58</sup>. A Igreja, através dos colégios de padres, também funcionou nessa direção, denunciando a preponderância dos interesses particulares sobre os interesses gerais da sociedade. Tal influência no sentido da integração dos jovens, que desse modo podiam fugir ao poderio do patriarca, acentua-se no governo de Pedro II.

Sua ascensão social e política não se fez sem a hostilidade, ou, pelo menos, a resistência dos mais velhos. Eles foram impostos aos mais velhos pela vontade do imperador que viu talvez nos homens de sua

geração e de sua cultura literária e jurídica, os aliados naturais de sua política de urbanização e de centralização, de ordem e de paz, de tolerância e de justiça. Política contrária aos excessos de turbulência individual e de família: às autonomias baseadas, às vezes, em verdadeiros fanatismos em torno de senhores velhos<sup>59</sup>.

Na medida em que a formação tornou-os diferenciados, propiciou-lhes um espaço que se abriu em oposição ao poder do patriarca.

O absolutismo do *pater familias* na vida brasileira – *pater familias* que na sua maior pureza de traços foi o senhor de casa-grande de engenho ou de fazenda – foi se dissolvendo à medida que outras figuras de homem criaram prestígio na sociedade escravocrata: o médico, por exemplo; o mestre-régio; o diretor de colégio; o presidente de província; o chefe de política; o juiz; o correspondente comercial. À medida que outras instituições cresceram em torno da casa-grande, diminuindo-a, desprestigiando-a, opondo-lhe contrapesos à influência: a Igreja pela voz mais independente dos bispos, o governo, o banco, o colégio, a fábrica, a oficina, a loja. Com a ascendência dessas figuras e dessas instituições, a figura da mulher foi, por sua vez, libertando-se da excessiva autoridade patriarcal, e, com o filho e o escravo, elevando-se jurídica e moralmente<sup>60</sup>.

Gilberto lembra que o fim do século XIX foi marcado pelo rompimento da Igreja com o patriarcalismo, representado por uma Circular do Internúncio condenando a subordinação do padre-capelão ao patriarca.

O simples fato de sua publicação é característico do declínio do sistema patriarcal, com o qual tanto contemporizara a Igreja<sup>61</sup>. Mais ainda, os aldeamentos de caboclos em torno de uma igreja católica, característicos do final do século XVIII e início do XIX, guardando sobrevivências do excessivo paternalismo dos jesuítas – quase sempre os fundadores ou organizadores de tais aldeias – afastavam-se das normas ortodoxas do patriarcado das casas-grandes e dos sobrados e concorriam para o desprestígio do sistema patriarcal<sup>62</sup>.

A ascensão do bacharel – filho legítimo ou não do senhor de engenho, ou filhos e netos de “mascates” – que se faz rapidamente nos meios políticos, levou a um “romantismo jurídico” que veio substituir no Brasil o “bom senso dos velhos”, pelo “senso jurídico dos moços”<sup>63</sup>. Segundo Gilberto, embora tal visão esteja marcada por um “liberalismo falso”<sup>64</sup>, enfraquece grandemente o poder do patriarca.

### O PATRIARCALISMO E A UNIDADE NACIONAL

Para Gilberto Freyre, uma sociedade que tem por base a família patriarcal ou tutelar difere, fundamentalmente, de uma organizada sobre bases feudais. Nesse sentido, para ele seria um equívoco admitir-se a existência de um feudalismo brasileiro, porque uma sociedade feudal é caracterizada pela fixidez da estrutura social, enquanto é exatamente o patriarcalismo que permite, no Brasil, a mobilidade social, a adaptação racial e cultural e que confere um caráter conciliador aos conflitos sociais, isto é, possibilita à sociedade brasileira transformar-se sem rupturas. Se o patriarcalismo, como forma social, tem certa rigidez, permite de outro lado flutuações de conteúdo e substância<sup>65</sup>. Isto porque, paralelamente a uma estrutura hierárquica inquebrantável na sua aparência, ocorre um

amalgamento de raças e culturas, principal dissolvente de quanto houve de rígido nos limites impostos pelo sistema mais ou menos feudal de relações entre os homens às situações não tanto de raça como de classe, de grupos e indivíduos. Os dois processos sempre se interpenetravam entre nós. Raramente entraram em choque ou conflito violento, embora tais conflitos tenham se verificado. Desde os primeiros dias de colonização portuguesa da América, a tendência foi para os dois processos operarem, interpenetrando-se. Até que o que havia de mais renitentemente aristocrático na organização patriarcal de família, de economia e de cultura foi atingido pelo que sempre houve de contagiosamente democrático ou democratizante e até anarquizante, no amalgamento de raças e culturas e, até certo ponto, de tipos regionais, dando-se uma espécie de despedaçamento das formas mais duras, ou menos plásticas, por excesso de trepidação de conteúdos<sup>66</sup>.

A família patriarcal, neste sentido, é vista como o espaço/tempo do exercício político e social onde se dá o amálgama das culturas. Se este papel é privilegiado na consolidação do patriarcalismo, que desse modo informa a sociedade brasileira, é também o caminho para seu declínio.

A possibilidade da transição, segundo Gilberto Freyre, reside no fato de aparecerem, como forças sociais, indivíduos híbridos, isto é, por sua situação social, racial e cultural, nem *senhores* nem *escravos*. É exatamente na esfera cultural que encontra a explicação para as transformações políticas. Tais personagens, começando a introduzir dados novos à organização da sociedade, possibilitam uma revolução em termos de poder. É o que confere o caráter singular à formação social brasileira. Apareceram novas

formas por alguns chamadas particularistas ou individualistas de organização da família, de economia, de cultura. Apareceram mais nitidamente os *súditos* e depois os *cidadãos*, outrora quase ausentes, entre nós, tal a lealdade de cada um a seu pai natural ou social, que era o patriarca, o tutor, o padrinho, o chefe de família<sup>67</sup>.

Reconhecido ou não pelo pai, embora em situação social ambígua, foi o mulato o fator de intermediação, peça fundamental ao processo de democratização no Brasil. A formação social brasileira deveu às obrigações de paternidade assumidas

da parte de alguns patriarcas, considerável influência na interpenetração das condições de *raça* e *classe* que desde os começos da colonização do Brasil vêm se verificando no nosso país e resultando em constantes transferências de indivíduos de cor, da classe a que pareciam condenados pela condição da raça materna e, até certo ponto, deles – a condição de dominados – menos para a condição de dominadores que para a de marginais ou intermediários entre dominadores e dominados<sup>68</sup>.

Tais indivíduos desempenharão papel fundamental nos movimentos sociais do século XIX, uma era de revoluções no Brasil<sup>69</sup>. Reconstituindo a ação dos mesmos, Gilberto procurará reconstruir a correlação existente entre o crescimento dos conflitos sociais e a

decadência do patriarcado. A este processo de decadência correspondeu o fortalecimento do Estado, gestado na Europa e transplantando para cá suas instituições. As formas políticas impostas através de legislação que reprimia manifestações populares, serviam ao “interesse só de um grupo, ou apenas de uma classe, de uma raça ou de uma cultura de minoria e de região – raramente no interesse do público ou do grosso da maioria da população nacional”<sup>70</sup>. Essa opressão, caracterizada pelo não respeito às especificidades culturais, explica o porquê desses grupos se conservarem no estado

de crispação, no de ressentimento e no de insurreição, grupos aos quais se proibiam de modo tão simplistamente policiais expansões de fervor religioso e de ardor recreativo à maneira de suas velhas tradições e de velhos costumes de sua cultura materna. (...) Como esperar que a primeira metade do século XIX fosse, entre nós – nas nossas áreas social ou culturalmente decisivas – um período diverso do que foi? Foi um período de tão freqüentes conflitos sociais e de cultura entre grupos da população – conflitos complexos com aparência de simplesmente políticos – que todo ele se distingue pela trepidação e pela inquietação<sup>71</sup>.

O que Gilberto Freyre encaminha como tese é que o patriarca teve uma sabedoria que o Estado impessoal não pudera ter. A conciliação só se torna possível na medida em que entra em jogo a compreensão daquelas relações tradicionais e singulares que marcam nossa formação. O setor capacitado a essa compreensão é aquele “treinado” nas relações patriarcais. “Nos séculos anteriores, houvera, talvez, maior sabedoria, mais agudo senso de contemporização da parte das autoridades civis (quando não também das eclesiásticas) e dos grandes senhores patriarcas, com relação à cultura e a populações consideradas por eles inferiores”<sup>72</sup>. Gilberto transfere a explicação dos conflitos à esfera cultural e social.

Discutir a sociedade patriarcal é, segundo Gilberto, refletir sobre as formas que ela assume nas diferentes regiões e nos diferentes tempos. Essas formas diversas permitem que a sociedade patriarcal adquira, de modo diferenciado em cada espaço nacional em que se realize, a qualidade de democratizadora das relações sociais e assuma o caráter de equilíbrio que a caracteriza.

A sociedade patriarcal no Brasil (...) em vez de um começo só, teve vários em espaços e datas diversas. Em vez de desenvolver-se linear e uniformemente, no tempo ou no espaço, desenvolveu-se em ambos desigual e até contraditoriamente, amadurecendo numas áreas mais cedo do que noutras, declinando no Norte, ou no Nordeste (...) quando apenas se arredondava, por iguais motivos, em formas adultas no Brasil meridional; e de tal modo variando de substância do extremo Norte ao extremo Sul do país, a ponto de estudiosos que, em Sociologia, se orientam mais pelo conteúdo do que pela forma dos acontecimentos ou dos fatos perderem, diante dessa diversidade antes etnográfica, geográfica ou econômica que sociológica (...) o sentido da unicidade sociológica de forma e de processo<sup>73</sup>.

Assim, mostra que são vários os elementos que se articulam e que marcam o tempo: existe um *tempo* econômico, um *tempo* político e um *tempo* civil. Embora temporal e espacialmente a sociedade patriarcal se comporte de forma diversificada, resultado da diversidade dos elementos geográficos e econômicos, existe uma *unicidade* que é dada pela sociabilidade orquestrada pela família. É através da família tutelar ou patriarcal que os diferentes elementos sociais encontram sua articulação e explicação: a terra, a produção, o trabalho, a locomoção, as formas de vida. É por isso que a família para Gilberto deve ser compreendida como um complexo e o patriarcalismo como um sistema, sistema que elucida a formação brasileira.

Desse complexo a amplitude pode ser apenas sugerida, nunca perfeitamente definida, com os qualificativos de que vimos nos utilizando desde a publicação do nosso primeiro estudo sobre o sistema patriarcal brasileiro: *patriarcal*, *monocultor*, *latifundiário*, *escravocrático* e, sociologicamente, *feudal*, embora já misto, semifeudal, semicapitalista, em sua economia. Interpenetração desses vários caraterísticos até formarem um conjunto predominantemente patriarcal (...) acreditamos ter sido o primeiro a esboçar, numa tentativa menos de descrever que de interpretar (...) a formação brasileira<sup>74</sup>.

É a unidade da formação social que garante a unidade política.

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade (...). Vivo e absorven-

te órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive (...) a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou, chocando-se ainda em meados do século XVI com o clericalismo dos padres da Companhia. (...) Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural ou, antes, latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas<sup>75</sup>.

A família patriarcal, simbolizada pela casa-grande e pelo sobrado, é o espaço onde ocorre a confluência das diferentes tendências socioculturais brasileiras, onde as mesmas anulam-se e finalmente conciliam-se. Isso explica o critério utilizado para a reconstrução histórica,

critério sob que procuramos há anos desenvolver nossa tentativa de reconstituição e de interpretação da sociedade patriarcal ou da família tutelar brasileira: o de estudá-la dentro dos seus principais contrastes de tipos e estilos de habitação, principais reflexos de tipos e estilos diversos de vida e de cultura tanto quanto expressões e, ao mesmo tempo, condições, da convivência, da interpenetração e até da síntese que se processaram, entre nós sob o sistema ou a organização patriarcal, embora com sacrifício da sua pureza e, afinal, de sua integridade. Pois dentro desse sistema muita comunicação houve entre casas-grandes e senzalas, entre sobrados e mucambos e não apenas separação ou diferenciação. Síntese e não apenas antítese. Complementação afetiva e não apenas diversificação economicamente antagônica<sup>76</sup>.

Em outros termos, para Gilberto, é o patriarcalismo que confere unidade nacional ao país. A forma pela qual se conseguiu a convivência pacífica das culturas foi a existência e a permanência do patriarcado. Este seria a garantia da interpenetração de valores sociais de caráter diversificado; a síntese não conflituosa que impediu rupturas.

Com ou sem favor do Estado ou da Igreja – com os quais entrou mais de um vez em conflito – esse sistema foi a mais constante e a mais

generalizada predominância de poder ou de influência – influência econômica, política, moral, social – em nossa formação. (...) Diferenças de intensidade, mas não de qualidade de influência: a da pessoa, a da família, a da casa maior, mais nobre ou mais rica, sobre as demais. Diferenças de conteúdo mas não de forma de domínio social: sempre o domínio da família, da economia, da organização patriarcal que raramente teve outro tipo de família, de economia ou de organização que lhe disputasse a predominância sobre a formação brasileira. Houve Palmares, é certo: mais foi vencido. Vencidas pelo sistema patriarcal brasileiro, ou pelo familismo turbulento dos paulistas e dos maranhenses e paraenses, foram as reduções jesuítas, o sistema jesuítico de organização ou economia paternalista-coletivista. Um Palmares teocrático. Um Quilombo teologicamente organizado. Vencidas foram outras erupções de caráter, se não coletivista, antipatriarcalista: a Balaiada, no Maranhão, a Revolta Praieira, em Pernambuco<sup>77</sup>.

Todavia, Gilberto Freyre lembra que o “unionismo” se deve não apenas à forma impressa à organização social, mas à comunicação que entre si celebravam os membros da classe dominante no Brasil. Esta aproximação deve-se em grande parte ao sistema de educação que receberam os *filius-familiae* e que os transformou em senhores de engenho-bacharéis<sup>78</sup>.

Assim, para o autor, tanto na conservação quanto na renovação os setores dominantes estiveram em permanente trânsito de idéias e costumes e é por isso que a família tutelar *foi e é* uma força social permanente no Brasil.

Em torno dela é que os principais acontecimentos brasileiros giram durante quatro séculos; e não em torno de reis ou de bispos, de chefes de Estados ou de chefes de Igreja. Tudo indica que a família entre nós não deixará de ser a influência, se não criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal. O personalismo brasileiro vem de sua formação patriarcal ao mesmo tempo que cristã – um cristianismo colorido pelo islamismo e por outras formas africanas de religiosidade inseparáveis da situação familiar da pessoa; e dificilmente desaparecerá de qualquer de nós<sup>79</sup>.

Tal posição expressa na década de 1930 assume função política de grande importância, o que abordarei mais adiante.

Segundo Gilberto Freyre, é porque os tempos de consolidação e decadência se cruzam, que o método histórico convencional torna-se insuficiente para dar conta da análise da família patriarcal no Brasil bem como o convencionalmente sociológico. É preciso “estudá-la nas suas intimidades mais sutis e esquivas”, pois “algumas delas só se abrem ao conhecimento ou a estudo psicológico; várias só ao conhecimento poético, vizinho do cientificamente psicológico”<sup>80</sup>. Tal procedimento possibilita o rompimento dos limites do espaço e do tempo. E isso torna “possível a um só indivíduo tentar compreender, e não apenas conhecer, o que foi no Brasil a família patriarcal considerada em seus traços principais e em alguns dos seus pormenores mais significativos”<sup>81</sup>.